



TAEs presentes da 3ª Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília, em 15/04/2026

APES DIVULGA NOTA EM APOIO À GREVE DE TAEs DA UFJF E DO IF SUDESTE MG

A APES divulgou, no dia 16 de abril, uma nota em apoio à greve dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação. Confira :

Técnicos(as) Administrativos(as) em Educação (TAEs) estão em greve em um movimento de escala nacional que hoje mobiliza instituições federais de ensino (IFEs) em todo o país. O movimento grevista tem como pauta reivindicatória o cumprimento por parte do governo de aspectos centrais do Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 firmado em 27/06/2024 pela FASUBRA e SINASEFE, entidades representativas dos TAEs em âmbito nacional, e o Ministério da Gestão e Inovação (MGI).

No âmbito da UFJF e do IF Sudeste MG, o SINTUFEJUF participou das articulações nacionais junto à FASUBRA em Plenária Nacional e, no final de mês de janeiro de 2026, foi decidida a deflagração de greve no âmbito da FASUBRA com data marcada para o dia 23/02/2026. A greve foi construída pelo SINTUFEJUF localmente com a realização de assembleias de base e movimentações locais, com a deflagração tendo início junto ao dia designado pelo movimento nacional e a formação de um Comando Local de Greve (CLG).

Na data inicial, houve a deflagração em mais de 20 IFEs e hoje o movimento já conta com mais de 50 IFEs, o que demonstra a legitimidade de sua pauta e a capacidade de mobilização pela categoria. Sobre o conteúdo descumprido pelo governo do termo de acordo, há o Reconhecimento de Saberes e Competências

(RSC) e questões relativas à jornada de trabalho (30 horas) e à aposentadoria. Há de se lembrar que, no Termo de Acordo descumprido, o RSC seria implantado na carreira TAE até abril de 2026, o que seria feito com base nas discussões de GT constituído para a discussão de tal matéria. Apesar de o RSC estar previsto na Lei 15.367/2026, aprovada em 30 de março de 2026, foi aprovado um texto que desfigura a proposta advinda do GT, com a exclusão de beneficiário, bem como condiciona a parcela a regulamento, o que não foi feito até o presente momento. Ademais, as outras pautas ainda seguem sem o seu cumprimento.

Desse modo, a diretoria da APES reafirma o seu apoio à greve de TAEs da UFJF e do IF Sudeste MG e presta solidariedade a tal movimento construído de maneira legítima com amplo apoio da categoria.

Vale lembrar, ainda, que a categoria docente também tem o seu termo de acordo de greve descumprido, pela não alteração do Decreto 1.590/1955 para a liberação do controle de frequência para docentes EBTT, a publicação de Portaria para a regulação da carga horária de docentes EBTT, a publicação de Portaria para a regulação da carga horária de docentes EBTT, conforme negociado em GT instituído para tal fim, em substituição à Portaria 750/2024, pelo atraso na negociação de outros aspectos como reenquadramento de aposentados, entrada lateral e a revogação da IN 15 (insalubridade e periculosidade).

Em 16/04/2026, as categorias, docentes e TAEs, estiveram reunidas em ampla mobilização em frente ao MGI para exigir o cumprimento integral dos termos de acordo de greve

PELO CUMPRIMENTO DO ACORDO DE GREVE!

COMUNICADO EM SOLIDARIEDADE ÀS VÍTIMAS DAS CHUVAS EM JUIZ DE FORA E REGIÃO

Após as chuvas de fevereiro, que fizeram 60 vítimas e milhares de atingidos, a APES publicou a seguinte nota, no dia 25 de fevereiro:

Em decorrência das fortes chuvas que afetaram Juiz de Fora e a região da zona da mata em fevereiro, a APES se solidariza com as vítimas e pessoas afetadas. Com 66 óbitos confirmados e milhares de pessoas desabrigadas, Juiz de Fora e outras cidades da região decretaram estado de calamidade pública, com a suspensão de atividades, inclusive do IF Sudeste MG e da UFJF.

Como forma de reforçar a solidariedade, a APES, o ANDES-SN e as suas seções sindicais assumiram o compromisso de fazer doações, bem como estimular que professoras e professores de sua base contribuíssem com os atingidos no momento de dificuldades. A arrecadação abarcou itens básicos como água mineral, alimentos não perecíveis, materiais de limpeza e de higiene pessoal, colchões, cobertores, travesseiros, toalhas de banho, roupas e calçados.

Na UFJF, a APES esteve articulada em conjunto com o DCE. No IF Sudeste MG, as doações foram coletadas no campus JF.

Confira a nota na íntegra no site.

APES APRESENTA REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA DOCENTE AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

A APES entregou uma Carta de reivindicações da categoria docente ao Ministro da Educação Camilo Santana no dia 16 de março, durante sua visita ao campus da UFJF. Camilo Santana cumpria agenda na cidade, com reunião na Prefeitura Municipal, na UFJF e no IF Sudeste MG. Segundo informações do MEC, a visita tinha como objetivo discutir ações do governo voltadas à Zona da Mata, **com foco na recuperação da infraestrutura educacional e no apoio às redes de ensino após os impactos das chuvas intensas que afetaram a região.**

Os diretores da APES Augusto Cerqueira e Leonardo Docena entregaram ao Ministro o documento, expressando a **solidariedade da entidade à greve das servidoras e servidores técnico-administrativos em educação**, deflagrada no dia 23 de fevereiro.

A Carta entregue pela APES também destacou a necessidade

urgente de **recomposição orçamentária das instituições federais** de ensino, que acumulam perdas desde 2014. O documento ressaltou que o déficit orçamentário, em especial no que tange ao investimento, impacta diretamente a UFJF, com alguns pontos mais críticos:

- O Colégio de Aplicação João XXIII teve seu espaço físico interditado após os impactos das chuvas, e a comunidade escolar reivindica a construção de uma nova sede.
- O Campus de Governador Valadares, inaugurado em 2012, ainda mantém uma estrutura precária, com prédios alugados, espalhados pela cidade e com diversas limitações de uso do espaço, compartilhados com instituições privadas.
- O Hospital Universitário, com obra iniciada em 2012 e paralisada em 2015, com grandes dificuldades de retomada, evidenciando a falência do modelo de gestão pela EBSEHR.
- Por Fim, o documento da APES exigiu o cumprimento do Acordo de Greve e a Valorização da Carreira Docente, enfatizando as seguintes demandas:
- Cumprimento do compromisso, pelo MEC, em relação ao fim do controle de frequência de docentes EBTT;
- Publicação, pelo MEC, de uma portaria definitiva que substitua a Portaria 983/2020, regulamentando e redução da carga horária mínima de ensino para 8 horas aula semanais;
- Construção, pelo MEC e MGI, de uma agenda que viabilize o trabalho realizado pelo GT sobre entrada lateral, reenquadramento de aposentados e insalubridade.
- Além da APES, o Sintufefuf e o DCE também apresentaram demandas ao Ministro da Educação.

A Carta da APES pode ser lida na íntegra no site.

EXPEDIENTE

O Informapes é uma publicação da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF SSind).

Redação, diagramação e fotos: Danniel Goulart Reg. 6083 DRT MG. Olavo Claus e Alice Oliveira sob a supervisão de Danniel Goulart

Tiragem: 200 exemplares.

Endereço: Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900

Telefone: (32) 3215-1286

Site: apesjf.org.br

Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Jean Filipe Domingos Ramos (ICSA-GV/UFJF)

Vice-Presidente: Francisco Augusto Lima Manfrini (IF Sudeste MG)

Secretário Geral: Leonardo Docena Pina (UFJF/João XXII)

1º Secretário: Rubens Luiz Rodrigues (Educação/UFJF)

2º Secretário: Leandro David Wenceslau (Medicina/UFJF)

1º Tesoureiro: Renato Santos Gonçalves (ICSA-GV-UFJF)

2º Tesoureiro: Augusto Santiago Cerqueira (Engenharia-UFJF)

SEGUNDA PARCELA DO ACORDO DE GREVE DOCENTE FOI PAGA EM ABRIL

A partir de abril de 2026, as professoras e os professores da UFJF e do IF Sudeste MG passaram a receber a segunda parcela do reajuste salarial e alteração nos steps das carreiras do Magistério Superior (MS) e da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) da rede federal. O reajuste é resultado do Acordo de Greve nº 10/2024.

Os recursos necessários para a garantia do reajuste encontram-se devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2026 (LOA 2026), Lei nº 15.346/2026, sancionada no dia 14 de janeiro.

APES DIVULGA NOTA EM SOLIDARIEDADE ÀS PROFESSORAS E AOS PROFESSORES DO C.A. JOÃO XXIII

A APES divulgou, no dia 17 de abril, uma nota em solidariedade aos docentes do Colégio de Aplicação João XXIII em razão do impacto das chuvas sobre as condições de trabalho. Confira:

A APES manifesta solidariedade aos docentes do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que, desde as chuvas recentes, foram impactados decisivamente nas suas condições de trabalho.

Consideramos que a Administração Pública tem o dever de proporcionar, aos servidores e servidoras, as condições materiais e estruturais necessárias ao exercício regular de suas atribuições funcionais, uma vez que a relação jurídico-estatutária que vincula os/as docentes do Colégio de Aplicação João XXIII à UFJF impõe a obrigação de serem disponibilizados ambientes físicos adequados, seguros e aptos à prestação de suas atividades.

Nesse sentido, a interdição do Colégio de Aplicação João XXIII, vinculada à ocorrência de fato extraordinário e alheio à vontade dos/das docentes — as fortes chuvas registradas em Juiz de Fora nos últimos meses — não pode ser convertida em ônus para os professores e professoras.

Em situações desse tipo, compete à UFJF, à luz do princípio da continuidade do serviço público, adotar, com a urgência necessária, as providências materiais e administrativas indispensáveis ao regular restabelecimento das atividades de ensino. Por sua vez, eventual demora na solução do impasse, bem como as implicações dela resultantes, devem ser suportadas pela própria instituição, a quem incumbe gerir os riscos administrativos inerentes à manutenção de sua estrutura.

A APES manifesta solidariedade aos docentes do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que, desde as chuvas recentes, foram impactados decisivamente nas suas condições de trabalho.

Consideramos que a Administração Pública tem o dever de proporcionar, aos servidores e servidoras, as condições materiais e estruturais necessárias ao exercício regular de suas atribuições funcionais, uma vez que a relação jurídico-estatutária que vincula os/as docentes do Colégio de Aplicação João XXIII à UFJF impõe a obrigação de serem disponibilizados ambientes físicos adequados, seguros e aptos à

Com efeito, repudiamos os comentários e/ou reportagens nas redes sociais que culpabilizam e/ou atacam os professores e professoras da escola pelo fato de muitos estudantes ainda estarem sem aula.

Responsabilizar os/as docentes pelos efeitos negativos de uma interdição predial causada por evento extraordinário equivaleria a inverter, de modo indevido, a lógica do regime jurídico-estatutário, fazendo recair sobre os servidores e servidoras consequência de fato que não provocaram, não controlam e não têm condições de superar por meios próprios.

Portanto, defendemos que sejam reconhecidos o compromisso e a dedicação dos/das docentes do Colégio de Aplicação João XXIII da UFJF, que historicamente têm se empenhado de modo exemplar, para oferecer uma educação de qualidade, e neste contexto de interdição das dependências da escola, têm reivindicado da administração superior a solução do impasse que afeta também os estudantes e seus familiares.

APES REALIZA PRIMEIRA REUNIÃO DO GTPFS

Na segunda-feira, 13 de abril, a APES realizou a primeira reunião do Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical (GTPFS), coordenada por Augusto Cerqueira, da direção do sindicato. O encontro foi presencial na sede em Juiz de Fora e em Governador Valadares. Temas importantes como as questões organizativas do ANDES-SN e a dinâmica de suas instâncias deliberativas estiveram em discussão.

O GTPFS pretende debater questões em torno das resoluções apresentadas no último Congresso, buscando acumular reflexões que permitam que a APES amadureça seu posicionamento e contribua de forma qualificada para o aprimoramento da organização do ANDES-SN.

A indicação é que as próximas reuniões, que ficaram pré-agendadas para os dias 04, 11 e 18 de maio, funcionem como momentos de acúmulo preparatório para o II Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas, Financeiras e Políticas, e posteriormente, para o Conad Extraordinário.

REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES INAUGURA PERÍODO ELEITORAL NA APES

No dia 6 de abril, foi realizada na sede da APES a reunião do Conselho de Representantes do sindicato, que discutiu, entre vários pontos, modificações no regimento para as eleições do próximo biênio.

A reunião foi aberta com uma análise de conjuntura feita pelo presidente da APES, Jean Domingos, que também prestou informes referentes às datas de reuniões dos Grupos de Trabalho, além de demais informes do ANDES-SN.

O encontro teve também a participação do Comando Local de Greve dos Técnicos Administrativos em Educação para discutir o atual estágio da paralisação, localmente e nacionalmente.



Período- eleitoral e convênios

Em seguida, foi feita a discussão do regimento eleitoral para eleição da diretoria. Foi apresentado um regimento eleitoral, que foi aprovado pelo CR para ser encaminhado e discutido em Assembleia Geral, onde as datas do processo e a comissão eleitoral serão definidas.

Outro ponto pautado foi a política de convênios, por meio de uma minuta apresentada pela diretoria ao Conselho. O documento foi aprovado pelo CR e segue para discussão e aprovação na próxima

MESA “VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DOCÊNCIA MARCOU ATIVIDADE DA APES NO MÊS DA MULHER

No dia 26 de março, a APES realizou, em sua sede, uma mesa-redonda com o tema “Violência de gênero e docência”. O evento marcou as atividades da APES no mês de luta em defesa das mulheres, e abriu as ações do GTPCEGDS – Políticas de Classe, Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual, em 2026. Participam da mesa, Catarina Dallapicula, docente na UEMG e doutora em Educação (UFOP); Flávia Lopes, TAE/UFJF e doutora em Ciências Sociais (UFJF); e Annie Schmaltz Hsiou, docente na USP e doutora em Geociências.



Renata Bicalho, que fez a mediação da mesa, abriu a noite ressaltando que muitos fatos terríveis aconteceram durante o mês das mulheres, como um estupro coletivo no Rio de Janeiro, chamando a atenção para o fato das estatísticas sobre os casos de estupro no país serem muito altas; citou também a aprovação no Senado do projeto que criminaliza a misoginia. Chamou a atenção para os ataques que o Deputado Nícolas Ferreira fez ao projeto, que usou uma notícia falsa para tentar barrar o projeto na Câmara.

A professora Annie mostrou dados de sua pesquisa que evidenciam o desequilíbrio estatístico geral entre gêneros dentro da USP. Citou como exemplo o fato do Conselho Universitário da USP ser composto por 27,9% de professoras e 72,1% de professores.

Flávia Lopes mostrou os dados de sua tese de doutorado, que foi motivada pela sobrecarga que as mulheres sofreram durante a pandemia, principalmente em face da maternidade. Sua pesquisa confirma a tendência apontada por Annie de divisão sexual do trabalho, afetando diretamente a hierarquia. Como exemplo, mostrou que, na UFJF, 66,5% dos docentes nos cargos de titular são homens, enquanto 33,5% são mulheres, enquanto a situação se inverte dentro da carreira EBT.

A professora Catarina Dallapicula afirmou em sua fala que a violência de gênero nunca foi disfarçada, já que todos sabem quem são os assediadores e quem pratica a violência de gênero.

Para ela, não é possível enfrentar a violência, sem enfrentar os discursos comuns em curso dentro da universidade, já que o assediador apenas age por conta do modus operandi que valida moralmente seu comportamento.

